

Perspectiva dialogal no Concílio do Vaticano II

Aspectos teológicos-eclesiais-pastorais em viés ecumênico

Dialogical perspective in Vatican Council II
Theological-ecclesial-pastoral aspects from an ecumenical viewpoint

Maria Teresa Cardoso

Resumo

João XXIII, em escuta aos “sinais dos tempos”, propôs para a Igreja Católica um *aggiornamento* com reformas e diálogos, na base de continuidade-e-progresso, com o Concílio do Vaticano II, que Paulo VI levou ao prosseguimento. Era uma proposta de renovação para o catolicismo. Este artigo levanta aspectos teológicos-eclesiais-pastorais em perspectiva ecumênica-dialogal com objetivos de verificar como podem ser encontrados nos textos conciliares e como se relacionam com o viés ecumênico desejado pelo Concílio do Vaticano II. O método é voltar à teologia conciliar e considerar os proêmios de três das constituições conciliares: *Dei Verbum*, *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, posto que esses indicam para a Igreja Católica princípios basilares de sua autocompreensão e do modo como o catolicismo haveria de proceder diante do mundo plural. No final do artigo observam-se: uma indicação hermenêutica; a sugestão de prosseguimento para as novidades do Espírito, e a voz de João XXIII em seu Discurso da Lua.

Palavras-chave: Concílio do Vaticano II. Igreja. Discurso da Lua. Diálogo ecumênico. Diálogo interdisciplinar.

Abstract

John XXIII, listening to the “signs of the times”, proposed to the Catholic Church an *aggiornamento* with reforms and dialogue, based on the principle of continuity-and-progress with the Vatican Council II, which Paul VI put into practice. It was a proposal to renew Catholicism. This article raises theological-ecclesial-pastoral aspects in an ecumenical-dialogical perspective with the objectives of how they can be found in the conciliar texts and how they relate to the ecumenical learning desired by Vatican Council II. The method is to return to conciliar theology and to consider the introductory remarks of three of the conciliar constitutions: *Dei Verbum*, *Lumen Gentium*, and *Gaudium et Spes*, since these indicate to the Catholic Church fundamental principles of its self-understanding and of the way Catholicism is to proceed vis a vis the pluralistic world. At the end of the article it observes a hermeneutic indication; a suggestion of a way forward in openness to new initiatives of the Spirit, to better address the conditions of our time; the voice of John XXIII in his Moonlight Speech.

Keywords: Vatican Council II. Church. Moonlight Speech. Ecumenical dialogue. Interdisciplinary dialogue.

Introdução

João XXIII propôs um *aggiornamento* na Igreja. Tornava-se importante a escuta dos “sinais dos tempos”. O Concílio Ecumênico do Vaticano II visava a favorecer a unidade dos cristãos e colaborar no mundo atribulado e em transformação. João XXIII desejava avanços na eclesiologia e renovação bíblica, teológica, litúrgica, pastoral, a modo de “continuidade e progresso”, para um renovado caminhar.

Destacam-se aspectos teológicos-eclesiais-pastorais do concílio do Vaticano II em perspectiva ecumênica-dialogal. O estudo das dimensões ecumênicas do concílio geralmente se concentra nos documentos: Declaração *Dignitatis Humanae* (DH), sobre a liberdade religiosa; Decreto “*Unitatis Redintegratio*” (UR), sobre o ecumenismo; e Declaração “*Nostra Aetate*” (NA), sobre a atitude da Igreja Católica em relação com as outras religiões. Aqui, após delinear intenções e conclusões do concílio, verificam-se principalmente os proêmios de três das constituições: a Constituição dogmática *Dei Verbum*, sobre a revelação divina; a Constituição dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja; e a Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo atual. Escutam-se alguns comentadores de primeira mão. No final, retoma-se a perspectiva de João XXIII.

1. Intenções e conclusão do Concílio do Vaticano II

Apresentam-se nesta primeira seção intenções e conclusões do concílio. A base será os discursos de abertura (proferido por João XXIII) e de encerramento (proferido por Paulo VI).

1.1 Nas intenções do Concílio

O Concílio do Vaticano II foi anunciado em 25 de janeiro de 1959, na ocasião da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. Seus objetivos: favorecer a unidade dos cristãos; escutar “os sinais dos tempos,” promover um *aggiornamento* na Igreja, a refletir sobre si mesma, ir ao diálogo e colaborar junto ao mundo.

Era uma decisão com serenidade e coragem. Surpreendente, porque teria havido uma expectativa de um pontificado “de transição”, ao passo que a iniciativa de João XXIII significava uma tarefa de porte, a promover uma época de renovação para a Igreja. Suscitava surpresa dentro e fora da Igreja Católica.¹ Previa-se um grande trabalho teológico e pastoral, de complexa preparação e várias etapas até a conclusão.

O dia de abertura solene foi 11 de outubro de 1962, com um discurso de João XXIII. Ele falava de alegria espiritual; preocupações; intenções de um sínodo ao mesmo tempo doutrinal, pastoral e ecumênico; voltado, de modo amoroso, a renovar a Igreja e promover a unidade dos cristãos e a servir todo o gênero humano. O papa mencionava ainda: continuidade do magistério; alguns problemas no mundo; a perspectiva aberta. Considerava que ao longo da história da igreja existiram elementos bons no testemunho e também problemas, que levavam a preocupações. Citava o evangelho lucano, nas palavras de Simeão a Maria, sobre Jesus como “sinal de contradição” (Lc 2,34); também as palavras de Jesus sobre ser acolhido (Lc 10,16). Sugeriu mais: temas como luz, bondade e paz. A rejeição desses valores levaria a uma “confusão, causando aspereza nas relações humanas, e perigos contínuos de guerras fratricidas.”²

Seria uma oportunidade, desde que se aprendessem lições da história e se procurasse discernimento sobre as dificuldades e dores. Conforme anunciado, o propósito era doutrinal, mas sobretudo pastoral, explicitando-se que o depósito sagrado da doutrina cristã deveria ser guardado e ensinado de forma mais eficaz. Apresentava como prioridade o Reino de Deus e sua justiça, de onde considerava a necessidade de incidir na sociedade de modo nobre e útil. Aludia às muitas descobertas humanas, mas advertindo para o que deveria ser verdadeiro progresso. A finalidade doutrinal se equacionava junto das exigências atuais: visto que não seria uma discussão de um ou outro tema da doutrina fundamental da igreja, mas haveria de se promover renovada e serem adesão de modo que a doutrina, fielmente respeitada, haveria também de ser aprofundada e exposta de forma a responder às exigências contemporâneas.

¹ ALBERIGO, G., *Storia del concilio Vaticano II*, p. 20.

² JOÃO XXIII, PP., *Discurso na abertura solene do Concílio*, parte II, n.5.

O Concílio haveria de procurar fazer a Igreja mostrar-se “mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade,”³ em busca de promover a unidade dos cristãos e a serviço da unidade do gênero humano. Usava a referência bíblica sobre o desígnio de Deus, que “quer salvar todos os homens” (1Tm 2,4). No final do discurso, João XXIII dirigia-se ao episcopado, às representações diversas presentes e às próprias expectativas e esperanças. Achava que assim se cumpriam passos para o que se acreditava ser verdadeiro e bom, para colaborar na unidade de todos no bem e na paz.

1.2. No encerramento do concílio

Paulo VI, no discurso de encerramento do concílio, celebrou o fato de que se cumpria a intenção original: ele considerava que o evento conciliar havia correspondido exatamente à ideia proposta inicialmente. No mesmo discurso, analisou as circunstâncias:

um tempo em que [...] os homens estão mais voltados para a conquista da terra do que para o Reino de Deus; [...] o esquecimento de Deus se torna habitual, como se os progressos da ciência o aconselhassem.⁴

Havia inadequadas noções de liberdade e retirada de esperança. A isso contrapunha-se o valor da fé em Deus e a importância de a Igreja ter, no sínodo, pensado sobre si mesma e buscado encontrar a palavra de Cristo, viva e atuante no Espírito, a fim de “reavivar o fogo do amor.”

Paulo VI insistiu no “significado religioso deste concílio.” Para tanto, destacou que a religião do concílio havia sido sobretudo a caridade:

Desejamos antes notar que a religião do nosso Concílio foi, antes de mais, a caridade; por esta sua declarada intenção, o Concílio não poderá ser acusado por ninguém de irreligiosidade, de infidelidade ao Evangelho, se nos lembrarmos que o próprio Cristo nos ensina que todos conhecerão que somos seus discípulos, se nos amarmos mutuamente (4); se deixarmos igualmente que estas palavras do Apostolo se façam ouvir dentro das nossas almas: « A religião pura e imaculada junto de Deus Pai é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações, e conservar-se imaculado neste mundo» (5); e mais estas: “Quem... não ama o seu irmão, a quem vê, como pode amar alguém que não vê?” (6).⁵

Ao mesmo tempo, aparecia a atitude pastoral da Igreja, de tentar aproximar-se, e procurar “servir e transmitir a mensagem evangélica”:

quando examinamos o significado religioso deste Concílio: assumiu que a Igreja se sentiu na necessidade de conhecer, avizinhar, julgar rectamente, penetrar, servir e transmitir a mensagem evangélica, e, por assim dizer, atingir a sociedade humana que a rodeia, seguindo-a na sua rápida e contínua mudança. Esta atitude, nascida pelo facto de a Igreja, no passado e sobretudo neste século, ter estado ausente e afastada da civilização profana, esta atitude, sempre inspirada pela essencial missão salvadora da Igreja, esteve presente eficaz e continuamente no Concílio.⁶

Paulo VI falou de humanidade à luz da divindade. Aludiu a uma dupla fisionomia na humanidade: a miséria e a grandeza do homem, o seu mal – profundo, incurável, e o seu bem – marcado de misteriosa beleza e poder. Sugeriu ligação entre cristianismo e humanismo.

Em vários passos, reafirmou as intenções do Concílio, especialmente doutrinal e pastoral. Salientou a importância da renovação litúrgica, de modo a favorecer mais participação dos leigos, e a atenção, em especial, para com as pessoas que sofrem.

³ JOÃO XXIII, PP., Discurso na abertura solene do Concílio, parte VII, n.3.

⁴ PAULO VI, PP., Discurso. Na última sessão pública do Concílio Vaticano II.

⁵ PAULO VI, PP., Discurso. Na última sessão pública do Concílio Vaticano II.

⁶ PAULO VI, PP., Discurso. Na última sessão pública do Concílio Vaticano II.

Um olhar para a lista dos documentos conclusivos e seus temas faz perceber por onde e para onde caminhou o trabalho conciliar. Breve síntese dos 16 documentos foi proferida por Paulo VI, ao final do evento. Naquela síntese se indicam, para cada documento, o propósito geral e algumas informações básicas: títulos, temas, e objetivos ou ideia principal.

2. Aspectos teológicos-eclesiológicos-pastorais em destaque

Levantam-se alguns aspectos teológicos-eclesiais-pastorais, em perspectiva ecumênica-dialogal. Observa-se como eles se interligam de modo dinâmico.

2.1. Da Constituição dogmática *Dei Verbum*

Considere-se a importância teológica, eclesiológica, pastoral e ecumênica da *Dei Verbum* (DV), sobre a revelação divina. A DV pode ser considerada como uma forma de prefácio teológico para a leitura de todo pensamento conciliar proposto. Na síntese apresentada por Paulo VI, onde figura logo após a *Lumen Gentium*, a DV é indicada, com palavras do Cardeal Florit, como inserida “no coração do mistério da Igreja e no epicentro do problema do ecumenismo.”⁷

O texto da DV foi o documento conciliar de mais larga gestação (contando 6 anos desde as consultas preliminares de 1959 até a promulgação em 1965) e seu itinerário de preparação corresponde ao do próprio concílio. Ruiz mostra como avança desde um esquema de caráter defensivo para uma proposição mais positiva dos aspectos da revelação divina, de acordo com a teologia dos últimos tempos anteriores ao concílio, ainda por ser assimilada pelos padres conciliares.⁸ Já Alonso Schökel caracteriza e comenta a unidade e a composição do texto final destacando: uma “tendência orgânica”; um “estilo histórico”; uma “linguagem bíblica.”⁹ Mudando-se as formas de tratamento do tema, superando definições mais restritas e indo buscar novas perguntas, evitavam-se controvérsias, contornavam-se as tensões entre posições teológicas diversas, e fazia-se o texto situar-se mais ao alto, superando oposições.¹⁰ A linguagem bíblica (com citações diretas e indiretas, e retomadas de temas bíblicos) conferia certa vitalidade a uma abordagem em geral simples.

O Seu tema é “sobre a revelação divina”; representado no título: “Palavra de Deus.” A DV parece perfeitamente indicada para ser o início e o fio condutor desses destaques teológicos-eclesiais-pastorais. O próêmio é bem elaborado, mesmo “solene”. Já indica e antecipa toda a explanação. Eis o próêmio da DV:

O sagrado Concílio, ouvindo religiosamente a Palavra de Deus, proclamando-a com confiança, faz suas as palavras de S. João: “anunciamo-vos a vida eterna, que estava junto do Pai e nos apareceu: anunciamo-vos o que vimos e ouvimos, para que também vós vivais em comunhão conosco, e a nossa comunhão seja com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo” (1 Jo 1,2-3). Por isso, segundo os Concílios Tridentino e Vaticano I, entende propor a genuína doutrina sobre a Revelação divina e a sua transmissão, para que o mundo inteiro, ouvindo, acredite na mensagem da salvação, acreditando espere, e esperando ame (1).¹¹

O texto apresenta-se na primeira pessoa – uma palavra da parte do sínodo (ato do Magistério). A primeira coisa que pronuncia é colocar-se em atitude religiosa, na escuta, sob a Palavra de Deus, no seu acolhimento, para proclamar. Do ponto de vista teológico e ecumênico, mostram-se já a prioridade da Palavra e a condição do Magistério de estar primeiro na escuta, em religiosa atitude de fé/confiança, e daí segue a proclamação.

⁷ PAULO VI. PP., Sintesi dei documenti conciliari, 2.

⁸ RUIZ, G. Historia de la constitución “Dei Verbum”, p. 3-4.

⁹ ALONSO SCHÖKEL, A., Unidad y composición de la “Dei Verbum”, p. 128-132.

¹⁰ ALONSO SCHÖKEL, A., Unidad y composición de la “Dei Verbum”, p. 129.

¹¹ CONCÍLIO DO VATICANO II, Constituição dogmática *Dei Verbum*, n.1.

A Palavra de Deus é aí central e constitui o tema fundamental. É o que se escuta e se anuncia. Ao mesmo tempo, é Palavra e Vida, que se comunica, que se manifesta. No centro, a referência bíblica, diretamente citada do Novo Testamento (testemunho apostólico). Propõe-se uma teologia de comunhão, pois se trata de proporcionar viver na comunhão comunicada e anunciada. Para o anúncio, transmissão (explicitando-se na continuidade) do testemunho apostólico, o recurso da referência bíblica (citação direta e central do proêmio); na sequência, uma orientação pastoral, fazendo o recurso, de modo complementar, à tradição, em particular tomada Padres da Igreja. Essa tradição é aqui representada na citação indireta de Santo Agostinho (de uma sua obra sobre a catequese). O caráter pastoral se explicita mais ao afirmar que se procura favorecer no mundo a experiência de fé, de esperança e de amor (trilogia das virtudes teologais, recebida do Novo Testamento).

Desse modo, em um conjunto orgânico, dinâmico, intuitivamente percebido e progressivo, temos já a síntese do conteúdo de toda a constituição dogmática DV. Entrelaçados, vários importantes aspectos teológicos-eclesiais-pastorais. Ao mesmo tempo, já esboça a centralidade da Palavra de Deus, o uso da Escritura Sagrada, e estabelece o lugar do Magistério a seu serviço e da Tradição como continuidade do anúncio da Palavra, proposta com vistas ao momento atual. O tema da constituição é tema do primeiro capítulo já no seu primeiro parágrafo:

Aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (Ef 1,9), segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (Ef 2,18; 2Pd 1,4). Em virtude desta revelação, Deus invisível (Cl 1,15; 1Tm 1,17), na riqueza do seu amor fala aos homens como amigos (Ex 33,11; Jo 15,14-15) e convive com eles (Br 3,38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele. Esta “economia” da revelação realiza-se por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre si, de tal maneira que as obras, realizadas por Deus na história da salvação, manifestam e confirmam a doutrina e as realidades significadas pelas palavras; e as palavras, por sua vez, declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido. Porém, a verdade profunda tanto a respeito de Deus como a respeito da salvação dos homens, manifestasse-nos, por esta revelação, em Cristo, que é, simultaneamente, o mediador e a plenitude de toda a revelação (2).¹²

Poderiam ser feitas várias perguntas: quem revela? o que revela? a quem revela? como revela? por que revela? para que revela? Isso poderia ser didaticamente procurado e encontrado no texto acima. Porém, o texto simplesmente costura todos esses aspectos na síntese de elementos interligados em um conjunto representativo da fé/teologia cristã da revelação. A partir de uma iniciativa divina de bondade e sabedoria (a ordem desses termos foi intencional), desdobra o dado da Palavra manifestada/Vida comunicada, progressivamente se dando na história, com maior mediação e plenitude em Cristo–Verbo Encarnado, sempre para convidar e acolher na comunhão. Deus aparece compreendido de modo pessoal, comunicativo, amoroso, amistoso, convidativo à comunhão na Palavra/Vida.

A índole histórica, que vem desde a criação, atravessando desde os primórdios, reportados no Antigo Testamento (de valor perene) e Novo Testamento (com culminância em Cristo), conta com a Palavra/Vida eterna dada na história, assumindo distingue (e reúne) vários sentidos incluídos no que foi tido como caráter histórico da revelação.¹³

Observe-se na DV uma função pretendida na Igreja, de transmitir o recebido. É o tema da relação da Tradição com a Palavra; e com a Sagrada Escritura. Também sugere que a Tradição Sagrada veicula-se ao passo de tradições humanas, embora haja distinção conceitual. Observe-se ainda que, em continuidade com aquela manifestação / comunicação da palavra-vida, da Revelação, comunica-se o que a Igreja é e crê. Nesse campo de transmissão, da Tradição, cabe mais um destaque de sugestiva

¹² DV 2.

¹³ ALONSO SCHÖKEL, L., Carácter histórico de la revelación, p. 163-164.

afirmação de que a própria tradição apostólica realiza-se com dinamismo – desenvolve-se, progride na história:

a Igreja, na sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo que ela é e tudo quanto acredita. Esta tradição apostólica progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo [...] a Igreja, no decurso dos séculos, tende continuamente para a plenitude da verdade divina, até que nela se realizem as palavras de Deus.¹⁴

Alonso Schökel observa que o dado do dinamismo não constava nos esquemas iniciais, mas foi acrescentado no intuito de atender à indicação de João XXIII, sobre conservação e progresso. Assim propunha que “a Igreja é uma realidade viva, transmissora de uma vida total. Esta é também a Tradição [...] A verdade que nela se nos dá é a Palavra viva de Deus, que cada vez manifesta mais de si mesma”, de modo que “a Tradição é viva: conserva e progride”. No argumento, a “a causa do progresso da Tradição é a tensão escatológica da Igreja. Por ela a Igreja caminha para a plenitude da Verdade.”¹⁵

Junto com os dados teológicos, os aspectos eclesiais e pastorais, e escriturísticos – o conceito de inspiração e de interpretação (cap. III); as riquezas de Antigo Testamento (cap. IV) e Novo Testamento (Cap. V); aspectos da Palavra/Escrição na vida da Igreja, (cap. VI). Todos os capítulos têm interesse ecumênico, pois consideram e avançam em questões discutidas entre as confissões cristãs, buscando um modo mais novo e comum de responder e repropor esses tópicos fundamentais na fé cristã.

Na DV, percebe-se um modo dinâmico e interessante de entender Deus, o agir divino, como amor comunicativo, dialogal e inclusivo, e situando-se em uma relação de presença e vida junto com a criação, com a humanidade, com a história, com as ciências, com o quotidiano, com a ação social, com a liturgia, com a mística, nessa base de reflexão cristã e sua tentativa de favorecer fé, esperança, caridade.

2.2. Da Constituição dogmática *Lumen Gentium*

A *Lumen Gentium* (LG), sobre a Igreja, oferece uma gama de aspectos eclesiais com fundamentos teológicos e sugere implicações pastorais. A abertura ecumênica foi conscienciosamente elaborada.

A Igreja autocompreende-se como sendo, em Cristo, um sinal e instrumento de união com Deus e de unidade para todo o gênero humano. Isso aparece no próêmio:

A luz dos povos é Cristo: por isso, este sagrado Concílio, reunido no Espírito Santo, deseja ardentemente iluminar com a Sua luz, que resplandece no rosto da Igreja, todos os homens, anunciando o Evangelho a toda a criatura (Mc 16,15). Mas porque a Igreja, em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano, pretende ela, na sequência dos anteriores Concílios, pôr de manifesto com maior insistência, aos fiéis e a todo o mundo, a sua natureza e missão universal. E as condições do nosso tempo tornam ainda mais urgente este dever da Igreja, para que deste modo os homens todos, hoje mais estreitamente ligados uns aos outros, pelos diversos laços sociais, técnicos e culturais, alcancem também a plena unidade em Cristo.¹⁶

Na sessão III do Concílio, Paulo VI explicitou a importância de considerar a Igreja em relação mística com o Cristo. Salaverri explicita: “a realidade da Igreja não se esgota em sua estrutura hierárquica, sua liturgia, seus sacramentos, seus ordenamentos institucionais”, pois “sua virtualidade profunda, a fonte original de sua eficácia salvadora, se hão de buscar na sua mística união com Cristo”. Acrescenta que “essa mística união com o Redentor é na realidade o faro que orienta e a coluna que sustenta todos os ensinamentos da *Lumen gentium*.”¹⁷ Remete-se a Igreja a Cristo, tomado como luz para as nações (*Lumen gentium*), e sugere-se que essa luz “resplandece no rosto da Igreja”; a qual tem

¹⁴ DV 8.

¹⁵ ALONSO SCHÖKEL, L., El dinamismo de la Tradición, p. 310.

¹⁶ LG 1.

¹⁷ SALAVERRI, J. El misterio de la Iglesia, p. 123.

por missão seguir “anunciando o evangelho a todas as criaturas”. Assim se reporta a um versículo de mandato missionário no final do evangelho segundo Marcos (Mc 16,15).

A Igreja desejaria falar de sua natureza e missão, pelo motivo de acreditar ser “em Cristo” e em Cristo como que o “sacramento” ou “sinal” e “instrumento” de união com Deus e de unidade do gênero humano. A Igreja, apresentando-se como realidade em Cristo, entra em um “mistério de unidade divino-humana”, com implicação de “mistério de unidade”. A LG envolverá, de modos diversos, as propriedades de “unidade”, “apostolicidade”, “catolicidade”, “santidade.”¹⁸

Congar sugere que “a Igreja só pode ser retamente compreendida partindo da escatologia, isto é, começando pelo ponto a que deve chegar ao realizar-se em total perfeição” Supõe que a unidade da Igreja “reflete-se em primeiro lugar na unidade da natureza humana, a qual deve ser percebida como fazendo parte da unidade do mundo.” Observa que “estes são dados cujas percepções renovaram poderosamente as ciências modernas, mas dos quais os Padres já tiveram uma consciência muito aguda.”¹⁹ Desdobra as formas de unidade na Igreja, que não são uniformidade. Desenvolve uma teologia da comunhão, considerando sua etimologia (ideia de “tomar parte em comum”), e o uso, no NT, do termo grego *koinonia*, até como “princípio espiritual vivo o Espírito Santo.”²⁰

A proposta dada no início da LG é de favorecer a união com Deus e a unidade do gênero humano, com a teologia de comunhão, a buscar plena unidade em Cristo. Já o concílio buscava a unidade dos cristãos, e esse dado foi apresentado como um de seus principais propósitos,²¹ e promover o diálogo inter-religioso.²² O diálogo reconhece luzes do Verbo, como salvaguarda os valores culturais dos povos.²³

Destacando-se os parágrafos LG, 2-4, a Igreja vê-se como “Igreja da Trindade” (*Ecclesia de Trinitate*).²⁴ Na expressão de Alonso, a Igreja teria, sempre em relação trinitária – com o Pai e o Filho e o Espírito – sua origem, subsistência e para onde tender escatologicamente. A LG levanta várias passagens bíblicas. Reporta-se à vontade salvífica do Pai,²⁵ aludindo aos “eleitos” (certamente como destinatários do desígnio salvífico) e menciona os que creem, e estende um arco “desde o justo Abel;”²⁶ assim se autocompreende como Igreja “desde Abel”/seria uma *Ecclesia ab Abel*, em uma eclesiologia acolhedora e inclusiva: da humanidade desde os primórdios até o final dos tempos.²⁷ Trata da relação com Cristo,²⁸ sendo o Filho nomeado com vários títulos bíblicos. Destaca-se a sua missão, a categoria de redenção, a de sacrifício, e aparece o aspecto da Igreja como incorporada e integrada ao Cristo, em torno à eucaristia. De novo todos são chamados a essa união com Cristo, luz do mundo. Em seguida, dedica-se mais diretamente ao Espírito, como Espírito de vida, vivificador que habita a igreja e os corações, como num templo.²⁹ Por ele, a distribuição de carismas e funções, sua unidade, e frutos, ainda

¹⁸ SALAVERRI, J. El misterio de la Iglesia, p. 124. O mesmo comentador Salaverri chama a atenção para as intenções pastoral e doutrinal (a primeira não impedindo a segunda, mas orientando atividade pastoral e desdobrando aspectos de ensino, santificação e governo na Igreja; a segunda, podendo incluir ensinamento de caráter oficial, com intenção definidora ou não, e desdobrando pontos novos para aprofundamento). Chama a atenção para a autoridade do documento LG, assim como a das notificações que o acompanham: 126-138.

¹⁹ CONGAR, Y., Secção 1, p. 14-15.

²⁰ CONGAR, Y., Secção 1, p. 14-91.

²¹ UR 1.

²² NA 2.

²³ NA 2.

²⁴ ALONSO, J., *Ecclesia de Trinitate*, p. 138.

²⁵ LG 2.

²⁶ LG 2.

²⁷ KASPER, W., *A Igreja Católica*, p. 163. O autor mostra o tema em Tomás de Aquino e valorizado no concílio. Ilustra um aspecto importante para melhor compreensão do controvertido adágio (de Cipriano): de que fora da Igreja não há salvação mencionado em LG 14, ao que responde, sugestivamente, com a forma interrogativa. Ver a seção “Fora da igreja não há salvação?”, p.159-165.

²⁸ LG 3

²⁹ LG 4.

o Espírito conduzindo “para toda a verdade” (citando Jo 16,13). Rejuvenesce e renova a Igreja e a conduz escatologicamente.

Segue um fundamento trinitário, dado que “a Igreja toda aparece como «um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo.”³⁰ É uma citação de Cipriano. O tema retornará no UR, a propósito do “sagrado mistério da unidade da Igreja”, indicando que “deste mistério o supremo modelo e princípio é a unidade dum só Deus, o Pai e o Filho no Espírito Santo, na Trindade de pessoas.”³¹

O capítulo II da LG é sobre a autocompreensão da Igreja como “o Povo de Deus”. No dizer de Sauras, tem um interesse especial, seja pelo conteúdo, seja pelo processo de elaboração, tendo atravessado diversas dificuldades.³² Eis algumas características: o caráter antropológico do Povo de Deus; a historicidade do Povo de Deus; a universalidade do Povo de Deus; o sentido do povo peregrino; o sentido da fé e dos carismas; a relação universalidade-catolicidade, destinando-se a todos e acolhendo-se as diversidades e riquezas culturais, admitindo uma unidade na diversidade.³³

Em todos os âmbitos as pessoas podem estar relacionadas com a comunhão do Povo de Deus: os cristãos católicos;³⁴ os cristãos que não são católicos (enumeram-se vários vínculos de unidade);³⁵ os crentes “não cristãos”, ou seja, pessoas de outras religiões (do judaísmo, do islamismo, das outras religiões); ou sem crer em Deus.³⁶ Em especial, o texto se ancora na retidão de vida, nas boas obras, e nos ditames da consciência. Para a fé cristã, Deus não está longe deles; participam de receber a graça, podem ter a salvação:

aqueles que ainda não receberam o Evangelho, estão de uma forma ou outra orientados para o Povo de Deus [...] Nem a divina Providência nega os auxílios necessários à salvação àqueles que, sem culpa, não chegaram ainda ao conhecimento explícito de Deus e se esforçam, não sem o auxílio da graça, por levar uma vida recta.³⁷

A relação dos não-cristãos foi comentada como “mera ordenação” mas “real” e “universal”. Não de pertença (como dos cristãos e dos catecúmenos).³⁸ Seriam diversos: os judeus; os islâmicos; as pessoas de outras religiões; os sem-religião e os agnósticos e ateus. A LG 16 de certo modo os indica. Quaisquer que sejam as dificuldades, limites de formulação, tensões teológicas, parece claro devem ser respeitados nas suas opções de não pertença ou de outro pensamento, mas, por princípio, não podem ser julgados nem excluídos do plano salvífico e sua comunhão. Para a fé cristã, todo bem que se realiza, é obra de Deus.

A LG menciona a missão.³⁹ Poderiam ser citados o decreto sobre a missão e a declaração sobre a educação cristã. Ao mesmo tempo, já não se pode ler tais temas sem ter presente os referenciais da perspectiva ecumênica-dialogal. Foi destacado o dever de respeito pelas consciências, sem condenações, sem constrangimentos. Permanece o reconhecimento (para a fé cristã) de que onde está o bem, onde está a retidão, ali está Deus, está a graça.

A LG mostra diversas formas de participação na unidade da Igreja. Assim, a constituição hierárquica da Igreja, com ênfase no episcopado, intensificando a perspectiva do colegiado. Os leigos, destacando-se seu lugar e participação na vida da igreja e no mundo secular, e valoriza-se o *sensus fidei*. A diversidade na unidade e a vocação universal à santidade. Consideram-se os que seguiriam os conselhos evangélicos no estado religioso. Aponta-se a índole escatológica da Igreja. No final, um

³⁰ LG 4.

³¹ UR 2.

³² SAURAS, E., El pueblo de Dios, p. 226.

³³ LG 5-13.

³⁴ LG 14.

³⁵ LG 15.

³⁶ LG 16.

³⁷ LG 26.

³⁸ LÓPEZ, R. G., Situación de la humanidad con respecto al Pueblo de Dios, p. 316-318.

³⁹ LG 17.

primoroso capítulo para o lugar de Maria na Igreja e no desígnio da salvação, situada trinitariamente, centrada na cristologia, ressoando na liturgia e com linguagem atenta para a perspectiva ecumênica.

Já sobre a reflexão sobre Igreja, junto com a LG, existem princípios refletidos no Decreto sobre as Igrejas Orientais (OE) e nas considerações do Decreto sobre o ecumenismo (UR), onde sobressaem tesouros das Igrejas diversas e a soma dos ritos diversos (orientais e ocidentais) para o patrimônio espiritual da Igreja. O viés ecumênico, igualmente. Retrata-se um pouco da unidade na diversidade, bem como da possibilidade de haver um crescimento dessa unidade e uma postura mais dialogal dentro da Igreja e dela com as outras religiões, crenças, culturas no mundo. Antes de olhar alguns aspectos teológicos-eclesiológicos-pastorais na constituição *Gaudium et Spes*, parece bom concluir esta seção com o parágrafo que representa bastante do que Paulo VI falou – que a religião do concílio foi a caridade.

Não somente a caridade de desejar oferecer o que se acredita, ou o que anuncia o evangelho; mas favorecer e realizar boas obras, em especial aos que sofrem. O fundamento de tudo estaria na caridade de Deus, e a caridade resume a vida cristã:

Deus é caridade e quem permanece na caridade, permanece em Deus e Deus nele» (1 Jo. 4,16). Ora, Deus difundiu a sua caridade nos nossos corações, por meio do Espírito Santo, que nos foi dado (cfr. Rom. 5,5). Sendo assim, o primeiro e mais necessário dom é a caridade, com que amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo por amor d'Ele. Para que esta caridade, como boa semente, cresça e frutifique na alma, cada fiel deve ouvir de bom grado a palavra de Deus, e cumprir, com a ajuda da graça, a Sua vontade, participar frequentemente nos sacramentos, sobretudo na Eucaristia, e nas funções sagradas, dando-se continuamente à oração, à abnegação de si mesmo, ao serviço efetivo de seus irmãos e a toda a espécie de virtude; pois a caridade, vínculo da perfeição e plenitude da lei (cfr. Col 3,14; Rom. 13,10), é que dirige todos os meios de santificação, os informa e leva a seu fim (131). E, pois, pela caridade para com Deus e o próximo que se caracteriza o verdadeiro discípulo de Cristo.⁴⁰

2.3. Da Constituição pastoral *Gaudium et Spes*

A *Gaudium et Spes* (GS), sobre a Igreja no mundo atual, manifesta de modo amplo o empenho pastoral do concílio. Uma nota ao título avisava seguir princípios doutrinários e indicação da atitude da Igreja ante o homem e o mundo contemporâneo. Apoiando-se na mesma nota, Cirarda apresenta as duas partes da constituição. Na primeira, a Igreja expressa a doutrina do homem, do mundo e a atitude da Igreja ante ambos. Na segunda, percorre vários aspectos e problemas da vida e da sociedade. Isso envolveria princípios permanentes e aspectos mutáveis.

É o mais extenso dos documentos conciliares; um dos mais importantes, tendo sido a ele remetidos vários tópicos que iam aparecendo nas discussões; constituía a chave para a ação pastoral da igreja no futuro próximo. Como destinatários, a GS dirigia-se não apenas aos católicos, mas “a todos os homens”, à contemporaneidade. Foi um documento de formato novo na história do Magistério. Para facilitar a fluência, favorecendo um diálogo junto ao mundo, preferiu-se fosse escrito primeiro em francês, recebesse cuidados no estilo, e, depois, os textos-base traduzidos para o latim, para debates e votação. Ao mesmo tempo, observa Cirarda, “os documentos conciliares sempre concentraram sua atenção no dogma, na moral ou na disciplina da igreja”, enquanto essa constituição, além de conter muita doutrina, tinha em vista principalmente o ser humano como um todo, a sociedade a renovar, toda a realidade humana no conjunto da criação. A ideia de fundo é que a salvação ilumina “a inteira família humana com o conjunto das realidades em que ela vive.”⁴¹

A Igreja deseja dialogar com os contemporâneos para “expor-lhes o seu modo de conceber a presença e atividade da Igreja no mundo de hoje”.⁴² Acompanhando Cirarda, ao olhar para a história do concílio, promovido assim também no intuito de tratar da relação da Igreja com o Mundo, constatam-se dificuldades paradoxais. Embora João XXIII tivesse anunciado o desejo de diálogo com o mundo, na

⁴⁰ LG 42.

⁴¹ CIRARDA, J. M. Proêmio, p. 149-153.

⁴² GS 1.

história do concílio não aparece um esquema preparatório da GS entre os 70 esquemas preparatórios de início formados. Além disso, ao longo das sessões conciliares, foram muitas as resistências nas discussões da GS.

A GS sugere que a separação “entre a fé e a vida diária de muitos deve ser considerado como um dos mais graves erros de nossa época”.⁴³ Não seria tarefa da Igreja resolver as questões temporais: “não pensem os leigos – em sua ação temporal – que seus pastores estão sempre em condições de poder-lhes dar imediatamente solução concreta em todas as questões, ainda graves, que surjam”.⁴⁴ O caminho pastoral, da GS, “não é de desinteresse” nem “de domínio”. A ideia é que “se por autonomia da realidade terrena se quer dizer que as coisas criadas e a sociedade mesma gozam de próprias leis e valores, que o homem há de descobrir, empregar e ordenar pouco a pouco, é absolutamente legítima esta exigência de autonomia. [...] Pela própria natureza da criação, as coisas estão dotadas de consistência, verdade e bondade próprias e de uma própria ordem regulada, que o homem deve respeitar, com o reconhecimento e a metodologia peculiar de cada ciência ou arte”.⁴⁵ Supõe que, para uma visão de fé cristã sobre o mundo, a fé ensinaria que a ordem temporal não estaria desvinculada dos planos sobrenaturais de Deus. Como teria sido afetada pelo pecado, também sua libertação seria buscada pela redenção de Cristo. Seria um dever, para os cristãos, cumprirem suas tarefas temporais com espírito evangélico.⁴⁶

A GS, dedicando-se a dialogar sobre o ser humano e sua condição no mundo, propõe, como se mostrou no discurso final de Paulo VI, a busca de um tipo de “humanismo”. Isso se aprofunda no capítulo I da primeira parte da GS, ao discorrer sobre o ser humano. É interessante notar, com Cirarda, citando Paulo VI, que o concílio todo e a GS estariam inspirados na “história do Samaritano”.⁴⁷

Um dos aspectos básicos de consideração da missão da Igreja no mundo e entendimento do ser humano pode ser verificado na linguagem de aproximação colocada no proêmio da GS. O proêmio da GS tornou-se famoso e sempre citado. Inicia com uma expressão de “simpatia”, onde a Igreja sente-se solidária de todo o gênero humano, entre alegrias e esperanças, e entre tristezas e angústias, especialmente avistando todos os que sofrem. Destaquem-se algumas frases do proêmio:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração [...]

Por isso, o Concílio Vaticano II, tendo investigado mais profundamente o mistério da Igreja, não hesita agora em dirigir a sua palavra, não já apenas aos filhos da Igreja e a quantos invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens. Deseja expor-lhes o seu modo de conceber a presença e atividade da Igreja no mundo de hoje [...]

Por isso, o Concílio, testemunhando e expondo a fé do Povo de Deus por Cristo congregado, não pode manifestar mais eloquentemente a sua solidariedade, respeito e amor para com a inteira família humana, na qual está inserido, do que estabelecendo com ela diálogo.⁴⁸

Temos acima uma solidariedade: ao aproximar-se de todos nas condições de cada um. são como suas as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos homens, especialmente dos pobres e dos que sofrem.

Toda a realidade humana encontraria eco no seu coração. As palavras do proêmio se abrem de modo estiloso. São palavras belas e humanas, ou divino-humanas. Fundamentam o mais importante projeto pastoral: a solidariedade. Isso pode dar-se, plenamente, apenas no respeito e no amor. Em viés ecumênico, poderia ser uma causa comum de projetos pastorais em unidade dos cristãos, e desses com

⁴³ GS 42.

⁴⁴ GGS43.

⁴⁵ GS 36.

⁴⁶ GS 43.

⁴⁷ CIRARDA, J. M. Proêmio, p. 167.

⁴⁸ GS 1.

todas as pessoas seguindo sua consciência da dignidade humana a reconhecer e promover. Uma responsabilidade humana comum (ver também o espírito de colaboração de UR 12).

Colocado o mistério da Igreja (já na LG), testemunhando e expondo a fé, do Povo de Deus, o próêmio da GS pronuncia como a Igreja deseja entender sua própria presença e atividade no mundo. Entrar em diálogo. Dar-se a conhecer. Com o concílio, abria-se ao diálogo. Procurava escutar os sinais dos tempos. Poderia ser, em primeiro lugar, escutar o que advém aos corações, como foi dito no início da citação acima transcrita: *as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem*. Depois a GS refletiria na primeira parte sobre o ser humano e sua condição humana no tempo atual. Na segunda parte, sobre problemas que considerava mais urgentes no mundo naquele momento.

Exemplo expressivo da perspectiva dialogal é a discussão do ateísmo. Parece que argumentos do ateísmo são escutados com interesse e respeito, e apresentados⁴⁹ de um modo que parecem ser levados a sério, como questões verdadeiras. Após outro parágrafo, sobre o ateísmo sistemático,⁵⁰ a Igreja comentava com argumentos e inquietação. Propõe aos cristãos aplicação pastoral, coerência e colaboração, de crentes com não crentes, “na reta construção do mundo no qual vivem em comum.”⁵¹

O final do documento promove a colaboração de todos. Haveria que interpretar a “missão de iluminar o mundo inteiro com a mensagem de Cristo” sendo sinal de unidade, ou “sinal daquela fraternidade que torna possível e fortalece o diálogo sincero” em uma linha de diálogo e colaboração. O trecho final desdobra uma tarefa ecumênica mais universal, junto a todos – “de qualquer nação, raça ou cultura” – propondo-se um *Diálogo entre todos os homens*. A Igreja haveria de procurar ser “sinal de fraternidade:”⁵²

Isso é descrito em vários círculos. O primeiro está na própria Igreja:

Isto exige, em primeiro lugar, que, reconhecendo toda a legítima diversidade, promovamos na própria Igreja a mútua estima, respeito e concórdia, em ordem a estabelecer entre todos os que formam o Povo de Deus, pastores ou fiéis, um diálogo cada vez mais fecundo. Porque o que une entre si os fiéis é bem mais forte do que o que os divide: haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo caridade (1).⁵³

Prossegue no círculo do diálogo e da colaboração no conjunto dos cristãos:

Abraçamos também em espírito os irmãos que ainda não vivem em plena comunhão conosco, e as suas comunidades, com os quais estamos unidos na confissão do Pai, Filho e Espírito Santo, e pelo vínculo da caridade, lembrados de que a unidade dos cristãos é hoje esperada e desejada mesmo por muitos que não crêem em Cristo. Com efeito, quanto mais esta unidade progredir na verdade e na caridade, pela poderosa ação do Espírito Santo, tanto mais será para o mundo um presságio de unidade e de paz. Unamos, pois, as nossas forças e, cada dia mais fiéis ao Evangelho, procuremos, por modos cada vez mais eficazes para alcançar este fim tão alto, cooperar fraternalmente no serviço da família humana, chamada, em Cristo, a tornar-se a família dos filhos de Deus.⁵⁴

Amplia-se o círculo junto aos crentes das diversas religiões, inclusive explicitando como nesse âmbito está contando que os impulsos vindos do Espírito:

Voltamos também o nosso pensamento para todos os que reconhecem Deus e guardam nas suas tradições preciosos elementos religiosos e humanos, desejando que um diálogo franco nos leve a todos a receber com fidelidade os impulsos do Espírito e a segui-los com entusiasmo.⁵⁵

⁴⁹ GS 19.

⁵⁰ GS 20.

⁵¹ GS 21.

⁵² GS 92.

⁵³ GS 92.

⁵⁴ GS 92.

⁵⁵ GS 92.

Aproxima-se de outras pessoas estimando os altos valores que cultivam:

Por nossa parte, o desejo de um tal diálogo, guiado apenas pelo amor pela verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém; nem aqueles que cultivam os altos valores do espírito humano, sem ainda conhecerem o seu autor.⁵⁶

A abertura ao diálogo disponibiliza-se para todos, inclusive aos que se opusessem à Igreja: “nem aqueles que se opõem à Igreja, e de várias maneiras a perseguem. Como Deus Pai é o princípio e o fim de todos eles, todos somos chamados a ser irmãos.”⁵⁷ A ideia era buscar fraternidade, colaboração e paz:

Como Deus Pai é o princípio e o fim de todos eles, todos somos chamados a ser irmãos. Por isso, chamados pela mesma vocação humana e divina, podemos e devemos cooperar pacificamente, sem violência nem engano, na edificação do mundo na verdadeira paz.⁵⁸

Conclusão

No próêmio da LG, citava-se Mc 16,15, onde consta um mandato de evangelizar todas as criaturas. Schnackenburg distingue a estrutura desse evangelho: introdução, sobre “a iniciação de Jesus em sua missão redentora” (Mc 1,1-13); primeira parte, sobre “mensagem e obra salvífica de Jesus: sua repercussão entre os homens” (Mc 1,14 – 8,30);⁵⁹ segunda parte, sobre “obra salvífica através da cruz e ressurreição de Jesus” (Mc 8,31 – 16,8); o “encerramento canônico de Marcos” (Mc 16,9-20).⁶⁰ O versículo citado está nesse encerramento, que Schnackenburg descreve como uma “peça final, acrescida mais tarde”, que “falta nos manuscritos mais antigos”, “pressupõe os outros evangelistas”; sendo que “seu estilo é trôpego em parte”, mas suas passagens “sem deixar de ser ilustrativas para o modo de pensar da comunidade posterior”. Após o relato da ressurreição, uma seção “das aparições” e outra do “envio dos apóstolos para a pregação” (retomando Mt 28,16-20 e Lc 24,47). Tem “uma forma todo especial, ressaltando a ação missionária universal, que abrange todas as criaturas.”⁶¹ O comentador considera: “Não se pensa, é claro, que os discípulos tenham pregado igualmente às criaturas irracionais, pois na frase seguinte corresponde à pregação a fé que todo homem tem de abraçar [...] Mas a dureza da sentença condenatória contra os infiéis, sem discriminar gente de boa e má fé, e a insistência em coisas prodigiosas que acompanham a missão, são traços historicamente condicionados, que não podemos absolutizar para todos os tempos.”⁶²

Percebe-se na LG uma autocompreensão missionária, fundada biblicamente na citação, abreviada e acentuada, de Marcos (e que poderia encontrar-se de outro modo nos evangelhos segundo Mateus e Lucas). Uma sua interpretação se fará com percepção de limites e de adequações, dado que existem no texto do evangelho (como no da constituição conciliar) traços historicamente condicionados, de modo que não deveriam ser absolutizados, mas ter em conta a necessidade de atualizar o texto bíblico. Caberia hoje novo interesse em como relacionar o evangelho cristão com todas as criaturas: o mundo todo em uma renovação.

No tempo do concílio, entrecruzavam-se correntes ideológicas, transformação de costumes, interrogações novas para a Igreja. Aos 60 anos do concílio e 10 do pontificado de Papa Francisco, é tempo de comemorar, recepcionar, e avançar nas reformas, nos diálogos, na sinodalidade. Disse o papa Francisco na mensagem para a Quaresma 2023: “A tradição é fonte de inspiração para procurar estradas novas, evitando as contrapostas tentações do imobilismo e da experimentação improvisada.”⁶³

⁵⁶ GS 92.

⁵⁷ GS 92.

⁵⁸ GS 92.

⁵⁹ SCHNACKENBURG, R. O Evangelho Segundo Marcos, primeira parte, p. 11.

⁶⁰ SCHNACKENBURG, R. O Evangelho Segundo Marcos, segunda parte, p. 7-10.

⁶¹ SCHNACKENBURG, R. O Evangelho Segundo Marcos, segunda parte, p. 330-334.

⁶² SCHNACKENBURG, R. O Evangelho Segundo Marcos, segunda parte, p. 334-335.

⁶³ FRANCISCO, PP., Mensagem para a Quaresma de 2023.

A outra mensagem de João XXIII daquele dia inaugural do concílio foi o “Discurso da Lua”. O papa convidou o povo a contemplar a Lua que aparecia no céu, a ver o evento que se iniciava: “Parece que até a lua apressou-se nesta noite – observai-a no alto! – para contemplar este espetáculo!”⁶⁴ João XXIII compartilhou expectativas de caminharem os cristãos “na fé, na esperança e no amor:” a Igreja se renovasse; que se buscassem diálogos e unidade; levassem seu carinho para as crianças; onde houvesse lágrimas, uma palavra boa, e ação boa no quanto fosse possível. O Discurso da Lua resume a expectativa de João XXIII e pode ainda hoje representar a expectativa de toda a criação sobre o que se prepara em vista de renovação.

Referências bibliográficas

ALBERIGO, G. **Storia del concilio Vaticano II**. Bologna: Società editrice il Mulino, 1995. vol.1: Il cattolicesimo verso una nuova stagione: l’annuncio e la preparazione gennaio 1959-settembre 1962.

ALONSO, J. Ecclesia de Trinitate. In: MORCILLO GONZALEZ, C. (Org.). **Concílio Vaticano II**. Comentários a la Constitución sobre la Iglesia. Madrid: BAC, 1966, p. 138-225.

ALONSO SCHÖKEL, L. Unidad y composición de la Constitución “Dei Verbum”. In: ALONSO SCHÖKEL, L. (Org.). **Concílio Vaticano II. Comentários a la Constitución “Dei Verbum” sobre la divina revelación**. Madrid: BAC, 1969, p.125-132.

ALONSO SCHÖKEL, L. Carácter histórico de la revelación. In: ALONSO SCHÖKEL, L. (Org.). **Concílio Vaticano II. Comentários a la Constitución “Dei Verbum” sobre la divina revelación**. Madrid: BAC, 1969, p.139-165.

ALONSO SCHÖKEL, L. El dinamismo de la Tradición. In: ALONSO SCHÖKEL, L. (Org.). **Concílio Vaticano II**. Comentários a la Constitución “Dei Verbum” sobre la divina revelación. Madrid: BAC, 1969, p.266-310.

CIRARDA, J. M. Proêmio. In: HERRERA, A. O. (Org.). **Concílio Vaticano II**. Comentários a la Constitución Gaudium et Spes, sobre la Iglesia em el mundo actual. Madrid: BAC, 1968, p. 149-172.

CONCÍLIO DO VATICANO II. Constituição dogmática Dei Verbum, sobre a revelação divina. In: **Compêndio do Vaticano II**. Constituições, Decretos, Declarações. Petrópolis: Vozes, 2017.

CONCÍLIO DO VATICANO II. Constituição dogmática Lumen Gentium, sobre a Igreja. In: **Compêndio do Vaticano II**. Constituições, Decretos, Declarações. Petrópolis: Vozes, 2017.

CONCÍLIO DO VATICANO II. Constituição pastoral Gaudium et Spes, sobre a Igreja no mundo atual. In: **Compêndio do Vaticano II**. Constituições, Decretos, Declarações. Petrópolis: Vozes, 2017.

CONGAR, Y. Seção 1: A Igreja é una. In: FEINER, J.; LOEHRER, M., *Mysterium Salutis*: compêndio de Dogmática histórico-salvífica. A Igreja-3. *As propriedades da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 14-91. v. IV/3.

FRANCISCO, PP. **Mensagem para a Quaresma de 2023. Ascese quaresmal, itinerário sinodal**. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/lent/documents/20230125-messaggio-quaresima.html>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

JOÃO XXIII, PP. **Discurso na abertura solene do Concílio**. 11 out. 1962. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html>. Acesso em: 29 out. 2022.

KASPER, W. **A Igreja Católica: essência, realidade, missão**. São Paulo: Loyola, 2012.

⁶⁴ JOÃO XXIII, PP., Discurso na abertura solene do Concílio.

LÓPEZ, R. G. Situación de la humanidad con respecto al Pueblo de Dios. In: MORCILLO, C. G. (Org.). **Concílio Vaticano II**. Comentários a la Constitución sobre la Iglesia. Madrid: BAC, 1966, p. 316-333.

PAULO VI, PP. **Discurso. Na última sessão pública do Concílio Vaticano II**. 7 dez. 1965. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_epilogo-concilio.html>. Acesso em: 29 out. 2022.

PAULO VI, PP. **Sintesi dei documenti conciliari**. Chiusura del Concilio Ecumenico Vaticano II. 8 dez. 1965. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651208_costituzioni-conciliari.html>. Acesso em: 29 out. 2022.

RUIZ, G., Historia de la constitución “Dei Verbum”. In: SCHÖKEL, A. (Org.). **Comentários a la Constitución “Dei Verbum” sobre la divina revelación**. Madrid: BAC, 1969, p. 3-99.

SALAVERRI, J. El misterio de la Iglesia. In: GONZALEZ, C. M. **Concílio Vaticano II**. Comentários a la Constitución sobre la Iglesia. Madrid: BAC, 1966, p. 113-138.

SAURAS, E. El pueblo de Dios. In: GONZALEZ, C. M. **Concílio Vaticano II**. Comentários a la Constitución sobre la Iglesia. Madrid: BAC, 1966, p. 226-263.

SCHNACKENBURG, R. **O Evangelho Segundo Marcos**, primeira parte. Petrópolis: Vozes, 1971.

SCHNACKENBURG, R. **O Evangelho Segundo Marcos**, segunda parte. Petrópolis: Vozes, 1971.

Maria Teresa Cardoso

Doutora em Teologia pelo Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Docente de Pós-Graduação do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro / RJ – Brasil
E-mail: mtfcardoso@puc-rio.br

Recebido em: 16/10/2023

Aprovado em: 04/04/2024